

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR DOUTOR PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE
LICITAÇÃO DA UNIFAL - MG**

Ref. RDC eletrônico n. 03/2022

Processo Licitatório n. 23087.013817/2022-54

CONSTRUÇÕES LGB LTDA, sociedade empresarial constituída pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 03.475.216/0001-00, já qualificada no procedimento licitatório, por intermédio de seu procurador constituído vem perante Vossa Exc.^a, em tempo hábil, apresentar


RECURSO ADMINISTRATIVO

com supedâneo nos fatos e fundamentos a seguir correlacionados:

I - FATOS

Acudindo ao chamamento dessa Instituição para o certame supra epigrafado, a empresa ora recorrente e outras licitantes dele vieram participar.

Após a aceitação da proposta da Recorrente, esta foi convidada a apresentar a documentação relativa à qualificação técnica e econômica, conforme cláusula 7 do edital. A documentação foi apresentada dentro do prazo de 24h ofertado pela UNIFAL. A empresa foi



aprovada nos quesitos de qualificação técnico-profissional e econômico-financeiro.

Ocorre que em 28/11/2022, por meio do chat disponível no sistema RDC eletrônico, foi informado que a empresa teria sido inabilitada por suposto não cumprimento da capacidade técnico-operacional, conforme abaixo:

Presidente fala (28/11/2022 10:00)	Para CRIXXUSFER FERRO E ACO LTDA - Senhor licitante, solicitamos verificar possibilidade de mais desconto em sua proposta de preços.
Presidente fala (28/11/2022 09:59)	Para CRIXXUSFER FERRO E ACO LTDA - Bom dia, senhor licitante.
Presidente fala (28/11/2022 09:58)	Senhores licitantes, informamos que serão analisadas as propostas subsequentes.
Presidente fala (28/11/2022 09:54)	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos da fase de habilitação para o item 1.
Presidente fala (28/11/2022 09:52)	... quantidades e prazos envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto, mais especificamente quanto aos itens 2.2, 2.3, 8.16 e 15.7 da planilha."
Presidente fala (28/11/2022 09:48)	Documentação apresentada pela empresa CONSTRUCOES LGB LTDA - análise do Setor Técnico Responsável: "observamos o atendimento às exigências editalícias para os critérios de Qualificação Técnico-Profissional e Qualificação Econômico-Financeira e o não atendimento às exigências para os critérios de Qualificação Técnico-Operacional por não apresentar atestado de capacidade técnica relativo à execução de serviços compatíveis em características..."
Presidente fala (28/11/2022 09:00)	Bom dia, senhores licitantes.

O argumento eleito foi o de que os atestados de capacidade técnica apresentados pela Recorrente não estariam aptos para comprovarem a execução dos itens de maior relevância no contrato, o que segundo manifestou a d. comissão seriam os itens 2.2, 2.3, 8.16 e 15.7.

Impugna-se tal decisão pois **sequer o edital previu quais seriam os itens de maior relevância a serem comprovados por qualquer licitante**, o que será melhor discutido neste recurso, além de outras questões legais.

Dessa forma, a Recorrente exerce seu pleno direito de obter nova manifestação da d. comissão para que sejam avaliados os argumentos apresentados, obtendo a modificação da decisão e prosseguimento da mesma para posteriores fases da licitação.

São os fatos.

II – MÉRITO

Ausência de previsão legal no edital para a causa de inabilitação da Recorrente

A d. comissão manifestou que os atestados apresentados pela Recorrente não estão aptos para comprovar sua qualificação operacional a despeito dos itens 2.2, 2.3, 8.16 e 15.7, que assim dispõem:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO	PREÇO UNITÁRIO	BDI	PREÇO TOTAL (com BDI)
2.2	Montagem e desmontagem de andaime modular fachadeiro	m²	598,0	8,37	5.005,26	23,01%	6.156,97
2.3	Andaime metálico modular fachadeiro - locação mensal	m² x mês	12,0	10,91	130,92	23,01%	161,04
8.16	Fornecimento e instalação de brise metálico, com estrutura e montagem, ref. H2 - SL4, Hunter Douglas	m²	4.657,0	347,30	1.617.376,10	23,01%	1.989.534,34
15.7	Revestimento cerâmico para paredes externas em pastilhas de porcelana 5 x 5 cm (placas de 30 x 30 cm), alinhadas a prumo, aplicado em superfícies externas, assentada com argamassa colante ACIII	m²	2.548,0	199,98	509.549,04	26,93%	646.770,60

Consoante a decisão de inabilitação da recorrente, a d. comissão entendeu que os itens acima são as parcelas de maior relevância quanto ao objeto licitado, de acordo com o item 7. III do edital, que assim dispõe:

III - QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL;

a) Apresentar **Capacidade técnico-operacional** comprovada mediante apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do contratado, relativo à execução de serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto presente, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto;

Também vale mencionar que a Recorrente apresentou diversos atestados, contendo a

comprovação de execução tanto das empresas quanto do RT de inúmeros serviços correlatos, em até maiores quantitativos que o exigido no edital.

De plano, observamos que o edital não fornece de modo OBJETIVO quais seriam os serviços “*envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto*”, **de modo que não há critérios para avaliação de qual item é mais relevante ou possui maior valor significativo, sendo que tais termos denotam SUBJETIVIDADE.**

Ora se o critério for **o valor global do item** que os serviços assumem frente ao **valor global da obra**, temos que a tese da d. comissão não se sustenta, pois alguns itens que foram eleitos como fundamento de inabilitação da Recorrente (2.2, 2.3) não possuem valores significativos em relação ao valor global do contrato e possuem valores numericamente inferiores a diversos outros do edital, vejamos os exemplos:

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO TOTAL (com BDI)	% em relação ao valor global da obra
2.2	Montagem e desmontagem de andaime modular fachadeiro	6.156,97	0,07%
2.3	Andaime metálico modular fachadeiro - locação mensal	161,04	0,002%

O que se quer dizer com isso é que não há um critério de preço ou quantitativo que possa ser usado para justificar a relevância de um serviço em detrimento de outro, e mesmo que tivesse pelo simples valor, ainda assim o edital não previu esta hipótese de modo preciso.

A não definição de critérios objetivos para a avaliação da capacidade técnico-operacional é afronta direta ao art. 30, par. 2, da Lei 8.666/93, que assim dispõe:

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências

a: [\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; [\(Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

II - (Vetado). [\(Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório.

G.n.

Interessante notarmos que essa mesma ideia está já fixa na Lei n. 14.133/2021 (conhecida como “nova lei de licitações”) desde a etapa preparatória do processo licitatório, em que deve haver “*motivação circunstanciada das condições do edital, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto*”, vejamos:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o [inciso VII do caput do art. 12 desta Lei](#), sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na

contratação, compreendidos:

(...)

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;
g.n.

Isto é claramente previsto visando que não ocorra justamente o tipo de decisão que está sendo rebatida e que prejudica a empresa Recorrente, pois o que se busca são critérios objetivos de definição das parcelas de maior relevância do objeto licitatório para fins de comprovação técnica pelas empresas.

Para colocar uma pedra sobre o assunto, foi adicionado o art. 67 da Lei n. 14.133/2021, que assim dispõe:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

(...)

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.
g.n.

Ou seja, até mesmo nas disposições licitatórias futuras, o quantitativo que se considerará para determinar as parcelas de maior valor significativo do objeto da licitação serão aquelas cujo valor seja igual ou superior a apenas 4% do valor estimado da contratação!

Mesmo assim, o **art. 30, par. 2, da Lei 8.666/93** previu de maneira expressa **que as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo para fins de comprovação de capacidade técnica deverão constar claramente no edital, sob pena de nulidade.**

Acompanhando esse raciocínio, o TCU também determinou, através do Acórdão nº 2.627/2009, que:

"Ao inserir nos editais de licitação exigência de comprovação de capacidade técnica, seja a técnico-profissional ou técnico-operacional, como critério de pontuação de proposta técnica ou como requisito indispensável à habilitação de licitantes, consigne expressa e publicamente os motivos dessa exigência e demonstre, tecnicamente, que os parâmetros fixados são adequados, necessários, suficientes e pertinentes ao objeto licitado."
(TCU, Acórdão nº 2.627/2009, Plenário, Rel. Min. Raimundo Carreiro, julgado em 11.11.2009.)
g.n.

E mais:

"É vedada a imposição de limites ou de quantidade certa de atestados ou certidões para fins de comprovação da qualificação técnica. Contudo, caso a natureza e a

complexidade técnica da obra ou do serviço mostrem indispensáveis tais restrições, deve a Administração demonstrar a pertinência e a necessidade de estabelecer limites ao somatório de atestados ou mesmo não o permitir no exame da qualificação técnica do licitante." (TCU, Acórdão nº 1095/2018, Rel. Min. Augusto Nardes, julgado em 16/05/2018) G.n.

"a exigência de que a licitante tenha executado serviço no mínimo igual ao do objeto do pregão contraria esse entendimento, por impor às interessadas condição que extrapola os critérios razoáveis de seleção, invadindo e ferindo a competitividade do certame." (TCU, Acórdão nº 410/2006, Plenário, Rel. Min. Marcos Vinícios Vilaça, julgado em 29.03.2006.) (Grifo nosso).

A Constituição Federal, em seu art.37, inciso XXI, estabelece:

"Art. 37 (...) (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, **serviços, compras e alienações** serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas

da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômico-financeiras indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações".

Assim, a Carta Magna delegou à norma infraconstitucional a previsão somente das exigências de qualificação técnica e econômico-financeiras que sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, e ainda que definirem da "Lei". Logo, é a Lei de licitações que definiu a obrigatoriedade dos critérios de "parcelas de maior relevância" estarem definidos no edital (e ainda justificados, segundo orientação do TCU e previsto expressamente na nova lei de licitações).

Portanto, como no caso em tela não houve essa menção expressa no edital, é nula a decisão que inabilita a Recorrente por não cumprir com o item relativo à qualificação operacional, como declarado pela d. comissão.

A manutenção de critérios não previstos no edital para inabilitação da Recorrente é uma violação direta do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, que obriga não só as licitantes, mas também a própria Administração (art. 3, Lei n. 8.666/93).

As decisões judiciais são cristalinas quanto à anulação de atos praticados dessa forma:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. PREGÃO ELETRÔNICO. DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA. EXIGÊNCIA NÃO PREVISTA EM EDITAL. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. ILEGALIDADE. ANULAÇÃO DO PROCEDIMENTO. I - Não há que se falar, na espécie, em esvaziamento do objeto da presente impetração, tendo em vista que o cumprimento da medida liminar deferida não afasta o interesse de agir existente inicialmente, restando evidente que a suspensão do procedimento

licitatório somente foi possível, em decorrência da concessão da liminar, favoravelmente, à impetrante. II - **No caso, não se afigura legítima a desclassificação da impetrante, em virtude da não apresentação de proposta em conformidade a requisito não previsto no instrumento convocatório, tendo em vista que o princípio da vinculação ao edital obriga não só os licitantes como também a Administração, que deve se pautar exclusivamente pelos critérios objetivos definidos no edital.** Precedentes. III - Remessa oficial e Apelação desprovidas. Sentença confirmada.

(TRF-1 - AMS: 00105466320074013700, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE, Data de Julgamento: 27/04/2016, QUINTA TURMA, Data de Publicação: 06/05/2016)

MANDADO DE SEGURANÇA ? CONTRATO ADMINISTRATIVO ? OBRAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS ? EXIGÊNCIA, AO CONTRATADO, DE ESPECIFICIDADE NÃO PREVISTA NO EDITAL ? IMPOSSIBILIDADE SOB AFRONTA AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO ? INOCORRÊNCIA DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL ? AUSÊNCIA DE CULPABILIDADE DO CONTRATADO ? APLICÁVEL AO CASO A TEORIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES ? RECONHECIDA A ILEGALIDADE DO ATO ? SEGURANÇA CONCEDIDA. - **Ilegítima é a exigência ao contratado de material cuja especificidade não prevista previamente no edital da licitação, sob pena de afronta ao Princípio da Vinculação ao Edital.** - Tendo o contratado cumprido rigorosamente com as obrigações, não há que se falar em inadimplemento contratual. - Pela Teoria dos Motivos Determinantes, havendo vício no motivo elencado pela Administração Pública para justificar a penalização do contratado, deve este ser retirado do mundo jurídico, em razão de flagrante nulidade. - Segurança concedida.

(TJ-AM - MS: 40008998820138040000 AM 4000899-88.2013.8.04.0000, Relator: Lafayette Carneiro Vieira Júnior, Data de Julgamento: 15/04/2014, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 05/12/2014)

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. EMPRESA COM MELHOR PROPOSTA. INABILITAÇÃO. CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO - CAT. EXIGÊNCIA NÃO PREVISTA NO EDITAL. DEMONSTRAÇÃO DE HABILIDADE TÉCNICA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. SEGURANÇA CONCEDIDA. SENTENÇA MANTIDA.

AGRAVO RETIDO PREJUDICADO. 1. Considerando-se que a decisão que deferiu a liminar, e que é objeto do agravo retido, foi substituída pela sentença recorrida, a matéria impugnada deve ser apreciada no bojo do recurso de apelação. **2. A ausência de impugnação prévia ao edital não torna preclusa discussão judicial sobre ilegalidade/inconstitucionalidade de regramento do certame** (AMS 0002687-21.2006.4.01.3800/MG, Rel. Desembargador Federal João Batista Moreira, Quinta Turma, DJ P.61 de 19/10/2007; EIA 2006.34.00.000671-3/DF, Rel. Juiz Federal Convocado David Wilson de Abreu Pardo, Terceira Seção, DJ 2107/2008). 3. Não constando expressamente no edital do certame licitatório a exigência de Certidão de Acervo Técnico - CAT, não se afigura razoável a desclassificação da empresa que apresentou a melhor proposta e, no tocante aos requisitos de habilitação técnica, documentação referente a Anotações de Responsabilidade Técnica - ART, registrados no CREA, que igualmente possui o condão de comprovar a capacidade do profissional responsável técnico, tendo inclusive apresentado posteriormente as certidões requeridas pela autoridade impetrada. 4. Agravo retido prejudicado. 5. Apelação a remessa oficial, tida por interposta, a que se nega provimento.

(TRF-1 - AMS: 00275934320084013400, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL DANIELE MARANHÃO COSTA, Data de Julgamento: 18/09/2019, QUINTA TURMA, Data de Publicação: 01/10/2019)

Por óbvio que diante desta lacuna do edital a licitante tomou o cuidado de atender à disposição do par. 3, do mesmo art. 30, da Lei n. 8666/93, que assim dispõe:

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras **ou serviços similares** de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

g.n.

Saltam aos olhos que os vários atestados apresentados pela Recorrente estão plenamente conexos com o objeto da licitação, vide atestado emitido pela Câmara Municipal de Natércia, comprovando a execução de andaime fachadeiro e metálico (atendendo aos itens 2.2 e 2.3 mencionados pela d. Comissão). Frise-se ainda que os itens 2.2 e 2.3 representam menos de 1% dos serviços a serem executados.

Quanto ao item 15.7 (Revestimento cerâmico para paredes externas em pastilhas de porcelana) vemos que o atestado apresentado pela Recorrente fornecido pela empresa BM Engenharia Ltda, referente à construção do Residencial Sonho Dourado, à fls. 65 da documentação da empresa, **comprova a execução de revestimento em azulejos cerâmicos na quantidade de 19.528,00 m², totalmente similar ao exigido no edital, e em quantidade superior a 800% ao previsto no edital para essa obra** o que sequer foi visto ou analisado pela d. comissão. Além disso, no Atestado fornecido pela própria Unifal à empresa Projeção Engenharia e Arquitetura Ltda, cuja responsabilidade técnica pela execução da obra foi o Eng. Rodrigo Costa Batista, à fls 34, pode ser constatada a execução do mesmo serviço em pastilhas de porcelana na quantidade de 182,00 m².

Lembramos que no caso específico das licitações de obras e serviços de engenharia, de acordo com a Lei nº 5.194/66, Resoluções do CONFEA e o Manual de Procedimentos Operacionais do Crea, a experiência profissional tem valor técnico. **Desta forma, a capacidade técnico-profissional da empresa restará consubstanciada pelo acervo técnico de seus profissionais.**

Para maior esclarecimento, o Manual de Procedimentos Operacionais do Crea registra de forma expressa que:

A Certidão de Acervo Técnico – CAT é o instrumento que certifica, para os efeitos legais, que consta dos assentamentos do Crea a anotação da responsabilidade técnica pelas atividades consignadas no acervo técnico

do profissional.

1.1.0 acervo técnico é o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo da vida do profissional compatíveis com suas competências e registradas no Crea por meio de anotações de responsabilidade técnica.

1.2.A capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica é representada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico.

1.2.1.A capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica varia em função da alteração dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico.

1.2.2.A CAT constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou vier a ser a ela vinculado como integrante de seu quadro técnico.

1.3.Ficam sujeitos aos procedimentos definidos para emissão de CAT os processos de interesse dos arquitetos e dos arquitetos e urbanistas até a instituição do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, conforme Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010.

g.n.

Nesse diapasão, é expressa a Resolução 317/86 do Confea, que assim dispõe: “Art. 1º Considera-se Acervo Técnico do profissional toda a experiência por ele adquirida ao longo de sua vida profissional, compatível com as suas atribuições, desde que anotada a respectiva responsabilidade técnica nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia”,

bem como:

"Art. 4º O Acervo Técnico de uma pessoa jurídica é representado pelos Acervos Técnicos dos profissionais de seu quadro e de seus consultores técnicos devidamente contratados. Parágrafo único - O acervo técnico de uma pessoa jurídica variará em função do Acervo Técnico do seu quadro de profissionais e consultores"
g.n.

Logo, a ampla experiência do RT (faz parte do Quadro Técnico da empresa) da Recorrente por si já cumpre qualquer capacidade técnica e operacional para executar os serviços ora licitados, sendo este ainda mais um argumento para demonstrar que a Recorrente possui aptidão operacional para execução do item em questão.

Tendo isso em mente, quanto à alegação de não comprovação de atendimento ao item 8.16 (Fornecimento e instalação de brise metálico) onde a d. comissão não se atentou ao fato de que às fls. 45 da documentação apresentada pela empresa, no atestado fornecido pela empresa DME Distribuição S/A em nome da empresa BM Engenharia Ltda e cujo responsável técnico pela execução da obra foi o Eng. Rodrigo Costa Batista, já comprovadamente pertencente ao Quadro Técnico da Recorrente, pode ser indubitavelmente comprovado a execução dos mesmos BRISES em alumínio, totalmente similar ao previsto no edital, na quantidade de 732,36 m², o que, novamente, sequer foi visto ou analisado pela d. comissão.

Ainda assim, pelo mesmo critério de similaridade dos serviços a serem executados, o serviço de Brise de Alumínio, nada mais é que um esquadria de alumínio fixado em uma estrutura metálica chumbada na parede externa da edificação. E por este critério, tanto em esquadrias de alumínio quanto em estruturas metálicas a empresa apresentou diverso atestado comprovando a aptidão técnica e operacional para execução destes serviços.

Avaliando-se os demais atestados apresentados, até mesmo em nome do RT eleito pela empresa, vemos que se comprova a integralidade de todos os serviços objetos da licitação, plenamente de acordo com o par. 3, do art. 30, da Lei n. 8666/93.

Resta ainda argumentar que com base no princípio da legalidade, na Administração **Pública não há liberdade de vontade, deve haver embasamento legal para a referida obrigação estipulada pelos editais.**

Nesta esteira, Hely Lopes Meirelles, pai do Direito Administrativo Brasileiro leciona que:

“Na Administração Pública, não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto, na Administração pessoal é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe. Na Administração Pública só é permitido fazer aquilo que a lei autoriza.”

g.n.

Os Tribunais de Contas vêm traçando diretrizes a respeito da matéria orientando os órgãos públicos para afastarem este tipo de regra que restringe o universo dos participantes, a saber:

“Por derradeiro, em relação à pessoa que deverá ser designada para o evento, penso que o encargo é atributo exclusivo da licitante, cabendo a ela eleger o profissional responsável que entenda como o mais adequado para a tarefa, independentemente de ser engenheiro ou não, aliás, assim decidiu o Plenário do Tribunal, nos TC-000202/013/10, TC-13464/026/09 e TC-16339/026/08”. (TC nº 333/009/11)

“9.3.1 observe, no momento da abertura de novo procedimento licitatório, os dispositivos da Lei 8.666/1993 relativos aos princípios norteadores e ao

caráter competitivo dos procedimentos licitatórios, de modo a evitar que exigências formais e desnecessárias, tornem-se instrumento de restrição indevida à liberdade de participação de possíveis interessados;” (Acórdão nº 1264/2010 – Plenário, TC-004.950/2010-O, rel. Min. Aroldo Cedraz) (Grifei)

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Grifei)

S.M.J, é o parecer.

Por Rodolfo André P. de Moura / Pedro Luiz Lombardo
Jurídico da ConLicitação

Poderíamos ainda correlacionar páginas e páginas de julgados e até mesmo fundamentações jurídicas exaustivas para mostrar que a inabilitação da Recorrente pela causa manifesta pela d. comissão, *data venia*, é ilegal. Todavia, por hora reservam-se tais principais argumentos, que são suficientes para mostrarem que a decisão que inabilitou a recorrente precisa ser totalmente revista.

Apagados todos os argumentos contrários, conclui-se que a empresa CONSTRUÇÕES LGB LTDA possui plenas condições para execução do objeto da licitação, não tendo violado qualquer cláusula do edital em apreço, merecendo a sua plena habilitação e adjudicação do

objeto.

III – CONCLUSÃO

Em face do exposto, requer-se que seja recebido o presente recurso com o seu julgamento de procedência para que seja garantido à manifestante **CONSTRUÇÕES LGB LTDA** a plena habilitação no certame, reformando-se a decisão de inabilitação, conforme exposto.

Caso não seja este pleito atendido, que sejam apresentadas as justificativas fundamentadas pela Administração.

Requer o efeito suspensivo de todos os atos do Processo licitatório em questão até decisão final sobre a presente manifestação, conforme art. 109, § 2º, da lei nº 8.666/93, bem como que seja o mesmo dirigido à autoridade superior em caso de manutenção da decisão, nos moldes do art. 109, par. 4 da Lei 8.666/93.

*Nestes Termos,
Pede Deferimento*

Poços de Caldas, 12 de dezembro de 2022

CONSTRUÇÕES LGB LTDA

Lucas Felipe Ferreira
Advogado
Departamento Jurídico
OAB/MG 143.540